



### em destaque:

#### Dar voz aos cidadãos

O **Tratado de Lisboa** criou a iniciativa popular que permite a um milhão de cidadãos europeus "*de um número significativo de Estados-Membros*" apresentarem uma **iniciativa legislativa**.

Esta é uma das medidas concretas do novo Tratado que reforça o conceito de **cidadania europeia**. Queremos uma Europa das pessoas, uma Europa dos cidadãos e não apenas uma estrutura internacional pilotada pelos governos nacionais.

**Carlos Coelho** apelou para uma regulamentação que salvguarde o carácter europeu da iniciativa mas que seja de fácil concretização, afirmando: "*Se encontrarmos soluções que desencorajem a participação dos cidadãos, traímos o espírito do Tratado de Lisboa e negamos a cidadania europeia*".

ver pág. 14

#### Orçamento dos jovens

O Orçamento para 2011 tem como prioridades a recuperação económica, os jovens e a inovação.

**José Manuel Fernandes** chamou-lhe "*o Orçamento da Juventude*" e **Maria da Graça Carvalho** recordou que "*investir na Juventude é investir no futuro*".

ver pág. 6

#### BCE: Constâncio eleito

Por 488 votos a favor, 73 contra e 60 abstenções, o Parlamento Europeu aprovou a nomeação do português **Vítor Constâncio** para **Vice-Presidente do Banco Central Europeu** com um mandato de 8 anos.

ver pág. 9

#### Crise na Grécia

O PE discutiu a crise na Grécia num debate onde participaram o Presidente do Banco Central Europeu, **Jean-Claude Trichet** e o Presidente do Eurogrupo, **Jean-Claude Juncker**.

Juncker admitiu considerar a criação de um **Fundo Monetário Europeu** mas disse "*o FME não nos vai dar a solução definitiva para a Grécia*".

ver pág. 11

#### Crise acentua miséria

A crise económica faz-se sentir de forma violenta nos Países em Desenvolvimento. As previsões apontam para mais 100 milhões em extrema pobreza e milhares de mortes de crianças.

A UE é o principal doador a nível mundial (60% da ajuda em 2008) e debateu este problema em Sessão Plenária.

ver pág. 12

## ***Índice***

<b>Abertura da Sessão.....</b>	<b>3</b>
<b>Exclusão da comunidade cigana.....</b>	<b>3</b>
<b>Coordenação orçamental na Zona Euro.....</b>	<b>4</b>
<b>Rotulagem dos Produtos agrícolas.....</b>	<b>5</b>
<b>Orçamento da UE 2011.....</b>	<b>6</b>
<b>Nomeação de Vítor Constâncio para o BCE.....</b>	<b>9</b>
<b>Operações Marítimas da Frontex.....</b>	<b>10</b>
<b>Fundo Monetário Europeu.....</b>	<b>11</b>
<b>Consequências da crise para os Países em desenvolvimento.....</b>	<b>12</b>
<b>Iniciativa legislativa dos cidadãos.....</b>	<b>14</b>
<b>Ordem do dia da sessão.....</b>	<b>16</b>

*Responsável: Pedro Paulos e Cruz*

*Fontes:*

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

## Abertura da sessão

Na sessão de 25 de Março, o Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, condenou o assassinato do polícia francês Jean-Serge Nerin pela ETA e expressou o seu apoio aos membros do grupo de oposição ao regime cubano "*Mulheres de Branco*" que foram detidos pelas autoridades de Havana. As *Mulheres de Branco* receberam o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu em 2005.

Na abertura da sessão plenária de dia 24, os eurodeputados aprovaram algumas alterações à agenda. O debate sobre a segurança na aviação, previsto para hoje e adiado para Abril, será substituído por um debate sobre a reunião dos ministros do Emprego do G20, que se realiza em Washington a 20 e 21 de Abril. Na sessão de quinta-feira, o Parlamento Europeu vai votar uma resolução sobre a vigilância das fronteiras marítimas externas no contexto da Frontex.

## PE condena hostilidade em relação aos ciganos e apela a estratégia e fundos para inclusão

O Parlamento Europeu condenou hoje o aumento da hostilidade em relação aos ciganos ("*Romafobia*") em diversos Estados-Membros da UE e exortou a Comissão a criar uma estratégia europeia global para a inclusão desta comunidade. Actualmente, com uma população estimada em 10 a 12 milhões de pessoas, os ciganos representam uma das maiores minorias étnicas na Europa, presente nos 27 Estados-Membros. Na sua maioria, são cidadãos da UE.

Numa resolução sobre a **Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma, que se realiza em Córdoba, a 8 e 9 de Abril**, os eurodeputados expressam a sua preocupação face à discriminação sofrida pela comunidade cigana nos domínios da educação, da habitação, do emprego e da igualdade de acesso aos sistemas de saúde e a outros serviços públicos, bem como o nível surpreendentemente baixo da sua participação na vida política.

O Parlamento Europeu solicita à Comissão que elabore novas propostas em matéria de inclusão social dos Roma e que exorte os Estados-Membros a "*despenderem maiores esforços para alcançar resultados visíveis*".

Segundo o PE, "*as medidas de combate à discriminação são, per se, insuficientes para facilitar a inclusão social dos Roma*", sendo necessários esforços concertados a nível da União Europeia, como "*um compromisso legislativo claro e dotações orçamentais credíveis*".

Os eurodeputados recomendam que o Conselho adopte uma posição comum sobre as políticas de financiamento a título dos Fundos Estruturais e dos Fundos de Pré-Adesão que reflecta o compromisso político europeu para promover a inclusão da comunidade cigana.

O PE defende que a Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma "*não deveria ter um carácter declarativo, mas centrar-se em compromissos políticos estratégicos que dêem conta de uma vontade política de colmatar o fosso existente entre as comunidades Roma e as populações maioritárias*" na Europa.

#### **Intervenção de deputados portugueses:**

**Carlos Coelho** (PPE): "*Estima-se que entre 10 a 12 milhões de ciganos vivam na UE, constituindo uma das mais importantes minorias étnicas na Europa. A maioria dessas pessoas vive em condições de extrema pobreza e à margem da sociedade, tendo um acesso limitado ao emprego, à educação e aos cuidados de saúde. Esta minoria étnica continua a ser vítima de discriminação e de exclusão social, não obstante os esforços desenvolvidos para sua integração.*

*A UE tem vindo a apoiar os esforços dos EM no sentido de pôr em prática políticas eficazes, nomeadamente apoiando projectos específicos e tentando garantir uma aplicação correcta e eficaz das leis de combate à discriminação. Teve lugar este mês, em Bruxelas, uma conferência onde foram apresentados os vários projectos da UE que estão a ser desenvolvidos. A discussão dos resultados deverá ter lugar na 2.ª Cimeira sobre os Roma, no próximo mês de Abril, em Córdoba. Espero que os resultados desta cimeira possam contribuir para que se venha a alcançar um forte compromisso político europeu relativo à futura estratégia de promoção da inclusão dos povos ciganos na vida económica, social e cultural da Europa e a assegurar a igualdade de oportunidades para todos na UE, incluindo os Roma.*"

## **Coordenação orçamental na zona euro deve ir além do PEC, diz PE**

Numa resolução sobre a zona euro e as finanças públicas hoje aprovada, o Parlamento Europeu salienta a necessidade de aplicar plenamente as regras do PEC no que diz respeito ao défice público e à dívida pública. No entanto, este instrumento "*só combate parcialmente as principais causas dos desequilíbrios económicos na área do euro*", acrescenta, defendendo que "*a coordenação orçamental deveria ir além do actual âmbito do PEC*". O PE adverte também contra os perigos da moderação salarial.

O Parlamento Europeu lamenta que não existam compromissos "*vinculativos*" entre os governos e sugere o alargamento do actual mecanismo de coordenação das políticas na zona euro.

A resolução adverte também contra o "*perigo de encarar exclusivamente a moderação salarial como um instrumento para alcançar a estabilidade dos preços e manter a competitividade*", uma vez que a disciplina da moderação salarial também funciona como travão do crescimento do rendimento familiar e do consumo privado.

A outra resolução hoje aprovada analisa a resposta do BCE à crise financeira, referindo que as reduções das taxas de juro foram "*menos radicais*" do que as esperadas. Os eurodeputados manifestam-se decepcionados pelo facto de a liquidez suplementar injectada pelo BCE não ter debelado de forma suficiente o colapso do crédito enfrentado pela indústria, nomeadamente pelas PME, e de alguns

bancos terem aproveitado essa liquidez para melhorarem as suas margens e cobrirem as suas perdas.

O Parlamento interroga também o BCE sobre a *"possibilidade de estabelecer uma câmara de compensação"*, nomeadamente para contratos de swap de riscos de incumprimento (CDS), no interior da zona do euro. No debate em plenário, Jean-Claude Trichet disse que uma câmara de compensação a nível europeu será essencial.

## **Qualidade dos produtos agrícolas: "*local de produção*" na rotulagem**

**O Parlamento Europeu quer que sejam introduzidas regras obrigatórias para a rotulagem do "*local de produção*" de certos produtos primários, como os vegetais, para que seja fornecida toda a informação aos consumidores. Num relatório sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas, os eurodeputados defendem também uma maior protecção das indicações geográficas protegidas.**

Os consumidores confundem, muitas vezes, a indicação do local em que o alimento foi preparado com a origem do produto agrícola. O relator da Comissão da Agricultura do PE, Giancarlo Scottà (EFD, IT), considera que *"só a indicação obrigatória do local de produção dos produtos primários poderá fornecer aos consumidores o conhecimento real da qualidade do produto que vai comprar, por estar sujeito a um ciclo de produção que pode condicionar fortemente as suas características, em termos de qualidade e segurança alimentar"*.

A rotulagem do local de produção foi implementada com sucesso em países como a Austrália e os Estados Unidos, sendo já obrigatória na UE para um certo número de produtos agrícolas.

### **Maior protecção das indicações geográficas**

O PE defende que os três sistemas de registo das indicações geográficas (para vinhos, bebidas espirituosas e para produtos agrícolas e géneros alimentícios) devem ser mantidos tal como existem actualmente.

Os dois instrumentos em vigor (as DOP - denominações de origem protegidas - e as IGP - indicações geográficas protegidas) também devem ser mantidos no futuro, dado o seu elevado sucesso e grau de reconhecimento, acrescenta.

Alguns produtos IG são sistematicamente contrafeitos em países terceiros, o que prejudica a reputação e imagem destes produtos e induz os consumidores em erro. Os eurodeputados apoiam a intenção da Comissão de integrar as indicações geográficas no âmbito de aplicação do Acordo Comercial Anticontrafacção (ACTA) e nas matérias da competência do futuro observatório europeu da contrafacção e da pirataria.

Os parlamentares propõem ainda o estabelecimento de um registo juridicamente vinculativo para as IG na Organização Mundial do Comércio (OMC).

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate**

**João Ferreira** (CEUE/EVN): *"Os mecanismos de certificação podem constituir um contributo para a necessária valorização do trabalho dos agricultores, melhorando-lhes o rendimento, e para a promoção da qualidade e segurança alimentar. Mas os actuais procedimentos de certificação são complexos, demorados e, sobretudo, dispendiosos. Por isso, os seus resultados têm sido perversos, particularmente para a pequena e média agricultura: um aumento dos custos de produção e uma repartição dos rendimentos ao longo da cadeia de valor ainda mais desfavorável ao produtor, com a inserção, nessa cadeia, de mais um agente a fazer negócio.*

*Por isto, e também como garantia efectiva de transparência, qualidade e segurança para os consumidores, a certificação deve ser feita por entidades públicas e não deve representar um custo acrescido para os produtores. Mas, acima de tudo, uma política de qualidade exige uma outra política agrícola: uma reforma profunda da PAC, que defenda a produção local, o direito a produzir e o direito à soberania alimentar, que defenda agricultores e consumidores das consequências da desregulação do comércio mundial e da liberalização desenfreada dos mercados, travando-as seja no quadro de acordos bilaterais, seja no quadro da OMC".*

## **Orçamento para 2011: Parlamento Europeu define prioridades**

**A recuperação económica, os jovens e a inovação devem ser as principais prioridades do orçamento da UE para o próximo ano, segundo uma resolução hoje aprovada pelo Parlamento Europeu. O financiamento do futuro Serviço Europeu de Acção Externa, que deverá estar operacional em 2011, irá provavelmente implicar a criação de uma nova secção no orçamento. Os deputados avisam que irão exercer plenamente a sua vigilância sobre o orçamento e o controlo orçamental do serviço diplomático europeu.**

Para ajudar à recuperação económica, os parlamentares querem que a UE reforce o financiamento da investigação e inovação, especialmente de tecnologias "verdes", e que sejam criados mais projectos-piloto para as pequenas e médias empresas.

Em relação à juventude, os eurodeputados defendem a promoção do estudo das línguas, do empreendedorismo e da mobilidade e a criação de um Erasmus Primeiro Emprego.

O Orçamento de 2011 será o primeiro em que o Parlamento decide em pé de igualdade com o Conselho em todas as matérias, incluindo as despesas agrícolas. Ao enunciar previamente as suas prioridades, o PE espera influenciar a Comissão na elaboração do ante-projecto de orçamento, que será apresentado em Abril.

2011 será o primeiro ano de pleno funcionamento do Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE). Para aumentar a participação do Parlamento na formulação e gestão das relações externas da UE, os deputados avisam que irão "exercer plenamente a sua vigilância sobre o orçamento e o controlo orçamental" do serviço diplomático europeu, o qual *"irá provavelmente implicar a criação de uma nova secção no orçamento da UE"*.

**Revisão intercalar do quadro financeiro plurianual**

Na resolução hoje aprovada, o PE solicita também à Comissão que dê início à revisão intercalar do quadro financeiro plurianual 2007-2013 antes do Verão.

*"Uma revisão e reavaliação em profundidade do quadro financeiro plurianual são absolutamente imprescindíveis", uma vez que este não permitiu que a UE reagisse de forma adequada e satisfatória aos vários desafios que surgiram nos últimos anos, afirma o PE.*

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate**

**José Manuel Fernandes**, em nome do grupo PPE: *"Congratulo-me com o facto de podermos classificar o orçamento de 2011 como o orçamento da juventude. Para tal contribui a aprovação de propostas que apresentamos para ajudar os jovens, por exemplo no acesso ao emprego, como é também exemplo o denominado Erasmus Primeiro Emprego. A promoção do empreendedorismo jovem, o incentivo e o reforço da inovação e da agenda digital são outras propostas que contribuem para o desenvolvimento económico sustentável na Europa e para a consequente criação de emprego.*

*Relativamente ao orçamento do Parlamento, é de referir que o Partido Popular Europeu defende um orçamento sustentável e rigoroso, onde cada despesa seja justificada. Consideramos, e por isso propomos, que se abandone um modelo de orçamento puramente incremental e que se avance para um orçamento base zero, que possibilite eficiência e, consequentemente, poupança. Para este conceito de sustentabilidade, de rigor e de eficiência, é urgente, por exemplo, a definição de uma política imobiliária de longo prazo.*

*Precisamos ainda de conhecer com rigor, de conhecer melhor o valor das despesas fixas. Deve ainda proceder-se a uma análise de custos-benefícios das várias políticas implementadas. Voltamos a insistir em que o objectivo prioritário do Parlamento deve ser a excelência legislativa e, para tal, a nossa instituição deve ter os meios necessários para esse efeito. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que obriga a uma única leitura do orçamento, exigirá uma maior cooperação, um diálogo mais forte que, da nossa parte, será um diálogo leal. Em tal estaremos empenhados".*

**Miguel Portas**, em nome do grupo CEUE/EVN: *"Iniciamos hoje o debate sobre as grandes orientações para o orçamento de 2011 e a prioridade que é sugerida é a da juventude, em particular no momento ou no período de vida que assinala a transição entre os estudos e o mercado de trabalho. Em si mesma, esta escolha é de saudar.*

*Propõe-se, por exemplo, a criação de um Erasmus Primeiro Emprego e a questão, em política, é que o diabo mora nos detalhes. De que falamos quando falamos de um Erasmus Primeiro Emprego? Como vamos concretizá-lo? Desviando verbas do Erasmus para estudantes ou criando um novo programa com dinheiro fresco? Não é um pormenor, como não é um pormenor saber se este Erasmus é para empregos precários ou se, pelo contrário, é para empregos dignos, que possam ser uma aposta com horizonte para os jovens. É, afinal, um programa de combate ao desemprego juvenil, como deve ser? Ou pode acabar por ser um programa para esconder o desemprego? E é com este exemplo que entro na substância do debate: a urgência de 2011 será ainda o desemprego que alastra na União. É o desemprego que nos confronta com as nossas responsabilidades.*

*Deveria desafiar o orçamento europeu, mas o orçamento para 2011 é refém de um quadro financeiro decidido para sete anos e que não foi tocado, apesar da crise. Sem uma revisão profunda e exigente desse quadro financeiro, o orçamento que viermos a aprovar, no fim do ano, condena-se à continuidade e à mediocridade, mesmo que aprovemos as melhores prioridades deste mundo. É que elas não passarão de intenções com reflexos marginais na própria estrutura do orçamento".*

**Maria da Graça Carvalho (PPE):** *"A juventude, a ciência e a inovação estão no cerne das prioridades do próximo orçamento da União Europeia. Investir na juventude é investir no futuro. A educação, a formação profissional e a transição do sistema educativo para o mercado de trabalho estão no centro das preocupações deste orçamento.*

*Os jovens licenciados estão a ser cada vez mais atingidos pelo desemprego. Considero, por isso, que o programa de mobilidade Erasmus Primeiro Emprego é uma aposta estratégica no futuro, ao estabelecer uma ligação clara entre o sistema de educação e o mercado de trabalho. A proposta para a criação do programa Erasmus Primeiro Emprego, que apresentei juntamente com o Deputado José Manuel Fernandes, é baseada nos seguintes princípios: primeiro, financiamento adicional aos programas já existentes na área da educação, ciência, formação e inovação; segundo, cada acção terá uma componente de formação e uma componente em que o formando terá um contrato com uma empresa europeia inovadora e que será co-financiado pelo orçamento europeu.*

*Sublinho ainda, como outras prioridades deste orçamento, as áreas da investigação científica, inovação e agenda digital. Este orçamento concentra ainda esforços no apoio ao desenvolvimento de tecnologias limpas e inovadoras, dando um contributo essencial para a retoma económica e para a dinamização das PME. A aposta na juventude, na inovação e na ciência é a chave para recolocar a Europa na liderança a nível mundial".*

**João Ferreira (CEUE/EVN):** *"A situação económica e social na UE exige, para 2011, uma substancial alteração das prioridades que têm orientado os orçamentos anteriores, incluindo o actual de 2010. Exige que o orçamento esteja ao serviço de políticas bem distintas das que conduziram ao desemprego mais de 23 milhões de pessoas e que colocaram em risco de pobreza mais de 85 milhões.*

*Há que rever os objectivos de um quadro financeiro plurianual que reduziu os Fundos Estruturais a 0,37% do Rendimento Nacional Bruto da UE, o que implicou reduções em programas de natureza social e ambiental e nos domínios da investigação, da educação e da cultura.*

*Os orçamentos futuros deverão ser instrumentos ao serviço da coesão económica e social, entendida como mais do que letra morta nos Tratados, ao serviço do pleno emprego com direitos, do investimento e dos serviços públicos, da protecção do ambiente, da cooperação e da paz. E não um instrumento ao serviço da mercantilização de aspectos crescentes da vida social, das liberalizações, da precariedade laboral, do desemprego estrutural, do intervencionismo externo e da guerra. É este o sentido das alterações que apresentámos ao relatório: mostrar que existe uma alternativa e que ela é não só possível, como necessária".*



## Parlamento Europeu aprova nomeação de Constâncio para o BCE

O Parlamento Europeu aprovou hoje, com 488 votos a favor, 73 contra e 60 abstenções, a nomeação de Vítor Constâncio para Vice-Presidente do Banco Central Europeu. O mandato de Constâncio no BCE será de oito anos.

O novo Vice-Presidente do BCE deverá ser ainda nomeado oficialmente pelo Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo), por maioria qualificada. O nome de Vítor Constâncio para ocupar este cargo foi recomendado pelo Conselho de Ministros da UE e essa recomendação foi aprovada esta manhã pelo Parlamento Europeu.

A audição do Governador do Banco de Portugal na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu (ECON) realizou-se na terça-feira. A votação em plenário foi feita por escrutínio secreto, como geralmente acontece em caso de nomeações.

As respostas escritas de Vítor Constâncio ao questionário da ECON estão disponíveis no link indicado no final desta página.

### Os objectivos de Constâncio e a sua opinião sobre o PEC

**ECON:** Que objectivos orientadores procurará realizar durante o seu mandato de oito anos como Vice-Presidente do Banco Central Europeu?

**Vítor Constâncio:** *Como Vice-Presidente do BCE, seguirei os mesmos princípios de orientação que segui na minha função como Governador do Banco de Portugal: respeito pelos aspectos jurídicos do mandato, independência de órgãos políticos e outras entidades, transparência e os mais elevados padrões deontológicos.*

*Respeitarei inteiramente o mandato conferido pelo Tratado. Estou empenhado em cumprir o objectivo primordial do BCE, que é a estabilidade dos preços e o princípio de independência dos bancos centrais. Sem prejuízo desse objectivo primordial, estou igualmente empenhado em realizar o objectivo secundário, definido pelo Tratado, que consiste em apoiar as políticas económicas gerais da União, a fim de contribuir para a consecução dos seus objectivos. Em conjunto com os meus colegas do Conselho do BCE, continuaremos a dar o máximo do nosso esforço para assegurar a estabilidade dos preços a médio prazo, em benefício de todos os cidadãos europeus.*

**ECON:** No seu entender, os procedimentos previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento são suficientes para garantir o regresso dos Estados-Membros à disciplina orçamental e à sustentabilidade das finanças públicas a longo prazo? Como podem ser as regras do Pacto utilizadas para prevenir um procedimento por défices excessivos? Que avaliação faz do desempenho dos Estados-Membros nas conjunturas positivas, no que diz respeito à redução do seu défice global?

**Vítor Constâncio:** *O actual quadro orçamental da UE, tal como está consagrado nas disposições pertinentes do Tratado e no Pacto de Estabilidade e Crescimento, define as condições prévias de natureza jurídica e institucional para alcançar e manter a solidez das finanças públicas. Os limites máximos aplicáveis ao défice e à dívida pública, em especial, bem como os objectivos orçamentais de médio prazo,*

*estabelecem parâmetros de referência comuns e coerentes para o exercício da prudência orçamental em todos os Estados-Membros.*

*Deste modo, se essas disposições forem integralmente respeitadas e aplicadas com rigor, constituem um instrumento adequado para ancorar e coordenar as estratégias de consolidação orçamental e para orientar as finanças públicas numa trajectória de sustentabilidade.*

*Simultaneamente, para que estas disposições sejam eficazes, os Estados-Membros devem cumprir as responsabilidades que lhes incumbem nos termos do Pacto. Para o efeito, é necessário que apliquem mais energicamente o quadro orçamental da UE a nível nacional.*

*Os Estados-Membros devem, em especial, reforçar as suas instituições orçamentais internas de modo a adoptarem uma atitude orçamental prudente e orientada para a estabilidade, nomeadamente durante as conjunturas favoráveis, que é necessária para cumprirem os objectivos comuns estabelecidos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento.*

*Estas instituições também devem ser orientadas para um aumento da prudência orçamental fora das épocas de crise, medida que parece particularmente justificada à luz das recentes experiências vividas pelos Estados-Membros: embora a desaceleração causada pela crise financeira e económica tenha afectado gravemente as finanças públicas, o grau de deterioração orçamental patente em muitos países também reflecte uma incapacidade de consolidar as finanças públicas em períodos de condições económicas favoráveis.*

*Em especial, os países que tinham situações orçamentais fracas ou vulneráveis no início da desaceleração enfrentam agora, de um modo geral, necessidades mais prementes de ajustamento orçamental.*

## **Imigrantes no mar: orientações relativas às operações marítimas da Frontex**

**As orientações apresentadas pela Comissão sobre as operações marítimas da Frontex, segundo as quais os guardas de fronteira têm o dever moral de prestar assistência a qualquer pessoa encontrada no mar em perigo, passaram hoje no Parlamento Europeu. Apesar de grande parte dos eurodeputados preferirem legislação europeia e não apenas orientações não vinculativas sobre a matéria, a maioria absoluta necessária para se oporem a estas orientações não foi atingida durante a votação em plenário.**

A rejeição das orientações obteve 336 votos a favor (quando eram necessários 369), 253 contra e 30 abstenções. Muitos eurodeputados defendiam que, em vez destas orientações, deveria haver regras vinculativas sobre as operações de busca, salvamento e desembarque de pessoas encontradas no mar em perigo, no âmbito das operações da Frontex.

Essa assistência deve ser prestada independentemente da nacionalidade ou do estatuto das pessoas a socorrer ou das circunstâncias em que sejam encontradas. As necessidades especiais de crianças, vítimas de tráfico, pessoas que carecem de assistência médica urgente ou de protecção internacional e outras pessoas em

situações particularmente vulneráveis devem ser tidas em conta ao longo de toda a operação.

Os Estados-Membros devem garantir que os guardas de fronteira que participam em operações de vigilância recebem formação acerca das disposições aplicáveis em matéria de direitos fundamentais e direito dos refugiados e conheçam o regime internacional em matéria de busca e salvamento.

#### **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**Carlos Coelho** (PPE): *"É irrefutável a necessidade de se proceder a um reforço das operações de controlo fronteiriço coordenadas pela FRONTEX e de se dispor de procedimentos operacionais comuns, bem como de regras claras para a participação em operações marítimas conjuntas, na sua maioria de busca e salvamento, e no desembarque das pessoas socorridas.*

*A Comissão decidiu apresentar um projecto de decisão nesse sentido, tendo como base o procedimento de comitologia. O Conselho não foi capaz de ultrapassar as suas divisões sobre a matéria e preferiu esconder-se atrás de argumentos técnicos para fugir do Parlamento Europeu, fazendo tábua rasa das nossas competências. O parecer do Serviço Jurídico do PE não deixa dúvidas. A Comissão excedeu os seus poderes de implementação. Não estamos perante uma medida de natureza meramente técnica. Segundo as próprias palavras da Comissária Malmström trata-se de uma iniciativa de grande significado político e implicações práticas.*

*O voto contra não é apenas a afirmação das prerrogativas parlamentares, mas também um acto de solidariedade face a países pequenos injustamente penalizados com aquela deliberação."*

## **Fundo Monetário Europeu**

**Poderá a criação de um Fundo Monetário Europeu evitar crises como a que se vive na Grécia? O Director-Geral do Fundo Monetário Internacional, Strauss-Kahn, o Presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, e o Presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, debateram recentemente este controverso assunto com diversos deputados ao Parlamento Europeu.**

*"Falta à Europa um instrumento que permita gerir eventuais crises de forma adequada", sublinhou Jean-Claude Juncker, para quem a criação do FME é uma hipótese a considerar. No entanto, refere, o "FME não nos vai dar a solução definitiva para a Grécia e é suposto funcionar como um instrumento intermédio".*

O Presidente do Banco Central Europeu afirmou que a ideia será analisada mas manifestou alguma resistência *"à criação sistemática de novos mecanismos. Devemos fazer o melhor possível com os instrumentos disponíveis e compete, antes de mais, aos governos, agir de forma responsável"*.

#### **"A cereja do bolo"**

Questionado pela eurodeputada grega Anni Podimata (S&D) sobre a possibilidade de o Fundo Monetário Europeu poder ser a solução para outra crise como a que se vive actualmente na Grécia, Mario Draghi, Presidente do Fórum de Estabilidade Financeira do G20 referiu que este fundo deveria *"ser sempre considerado como a cereja do bolo"* e que o principal trabalho a desenvolver é o da consolidação fiscal.

Para o Director do Fundo Monetário Internacional, Dominique Straus-Kahn, "*é difícil fazer comentários sobre algo que desconheço*", mas acrescentou que "*o FMI não tem qualquer problema em trabalhar com uma instituição regional, mas é necessária uma instituição multilateral que supervisione todo o sistema*". De acordo com Strauss-Kahn o FME não teria evitado a crise na Grécia, porque "*a crise grega foi uma crise fiscal. O FME distrai-nos dos verdadeiros problemas e levaria muito tempo a ser constituído: o problema grego tem de ser resolvido agora*".

"*Apoio plenamente a criação de um Fundo Monetário Europeu que nos permita intervir no caso de um país se encontrar em más condições, como acontece actualmente*", defendeu a eurodeputada grega Rodi Kratsa-Tsagaropoulou (Grupo do Partido Popular Europeu). "*O FME não deve ser uma entidade monetária, mas sim um mecanismo de apoio, sujeito a regras estritas e específicas. Também temos de promover uma coordenação da política fiscal e económica na zona euro, em paralelo com o pacto de Estabilidade e Crescimento*", acrescentou.

"*Se queremos um mercado comum e uma moeda comum, não podemos suportar 27 políticas económicas nacionais. É importante fazer esforços significativos de modernização social, ecológica e económica*", defendeu o eurodeputado alemão Udo Bullmann (Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas). "*A Europa não tem de esperar necessariamente por um fundo monetário, uma vez que o art. 122º do Tratado da UE prevê ajuda aos membros da zona euro em dificuldades devidas a factores externos, tais como ataques especulativos*", sublinhou.

Pascal Canfin, eurodeputado francês (Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia), referiu que o seu grupo é a favor da criação do FME, mas acrescentou que o mesmo "*não é, por si, a solução para outra crise mas sim uma parte do mecanismo de prevenção, se for capaz de prestar o apoio adequado às políticas de reforma dos Estados-Membros que pretendam combater as causas estruturais da crise*".

## **Países em desenvolvimento: as primeiras vítimas de uma crise que não causaram**

**Consequências da crise para os países em desenvolvimento: mais 100 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, morte de 30.00 crianças na África Subsariana e diminuição do crescimento para um quarto em apenas dois anos.**

Défice público, aumento do desemprego e fraco crescimento são palavras actualmente recorrentes na UE, mas o que se passa com os países em desenvolvimento? "*Enquanto os países avançados já estão a sair da crise, os países que mais dela necessitam de sair continuam a afundar-se cada vez mais*", afirma o eurodeputado espanhol Enrique Guerrero, no relatório sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento, que o Parlamento Europeu vota no dia 25 de Março.

O que começou por ser diagnosticado como uma crise financeira acabou por se revelar, cada vez mais, uma crise económica, social, de desenvolvimento e humanitária devastadora.

O texto refere que, para o mundo desenvolvido "*esta crise será uma depressão transitória, tanto em intensidade como em duração, no seu bem-estar*", mas para muitos países em desenvolvimento, esta crise ameaça ser um precipício em que se

perde toda uma década de luta contra a pobreza e a exclusão, com consequências graves para toda uma geração.

### **Efeitos da crise nos países em desenvolvimento**

Os países em desenvolvimento estão a sofrer as consequências mais calamitosas da actual crise económica: a expansão das economias emergentes e em desenvolvimento foi apenas de 2,1 % em 2009, em comparação com uma taxa de crescimento de 6,1 % em 2008, e o preço das matérias-primas diminuiu mais de 20% em 2009.

A dívida pública aumentou 2% no período de um ano e houve uma diminuição de 22 mil milhões de dólares norte-americanos de apoio ao desenvolvimento em 2009.

Em consequência, aos mais de 1.000 milhões de pessoas que vivem numa situação de extrema pobreza irão juntar-se cerca de 100 milhões, devendo a África Subsariana registar mais 30.000 a 50.000 mortes infantis.

### **O papel da União Europeia**

A União Europeia é o principal doador a nível mundial, tendo sido responsável por cerca de 60% dos fluxos da ajuda mundial em 2008. O relatório *"Insta os Estados-Membros a honrarem plenamente os seus compromissos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento em relação aos países em desenvolvimento"*.

O texto que os eurodeputados irão debater no dia 24 e votar no dia 25 de Março *"convida os dirigentes do G20 a cumprirem, sem demora, o compromisso assumido na Cimeira de Pittsburgh, de Setembro de 2009, de reformar a arquitectura do desenvolvimento a nível mundial e, neste contexto, transferir, pelo menos, 5% das quotas do FMI para as economias emergentes e em desenvolvimento e, pelo menos, 3% dos direitos de voto no Banco Mundial para os países em desenvolvimento e em transição"*.

O relatório salienta a necessidade de uma *"reforma da governação económica mundial a fim de assegurar uma melhor representação dos países em desenvolvimento nos fóruns de decisão; propõe, para o efeito, que o G20 passe a integrar, pelo menos, um representante dos países em desenvolvimento, que poderia ser o presidente em exercício do G77"*.

### **Financiamento do desenvolvimento**

O relatório parlamentar convida *"os Estados-Membros e a Comissão, em conformidade com a sua resolução de 21 de Outubro de 2008, a acordarem, no âmbito do regime de comércio de licenças de emissão da UE, em consagrar, pelo menos, 25 % das receitas geradas com a venda em leilão de licenças de emissão de dióxido de carbono à ajuda aos países em desenvolvimento, utilizando investimentos públicos, a fim de lhes permitir fazer face às alterações climáticas de forma eficaz"*.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**Carlos Coelho** (PPE): *"A crise económica e financeira que nos assola provocou efeitos desastrosos nos países em desenvolvimento que já vinham sendo vítimas de sucessivas crises (alimentar, energética, climática e financeira). Urge ajudar aqueles que não provocaram esta crise, mas que são os mais afectados. A União Europeia e os países desenvolvidos têm que responder com rapidez, firmeza e eficácia."*

*Considero crucial que os Estados-Membros cumpram os seus compromissos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento e que reforcem os compromissos para realizar os Objectivos do Milénio. Por outro lado, a Comissão e o Conselho devem encetar reformas na cooperação internacional para o desenvolvimento, que é uma das principais causas de falta de eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Considero também que é louvável a melhoria das facilidades de crédito concedidas pelas instituições financeiras aos países mais carenciados. Todavia não basta. Apoio os apelos feitos por este relatório a um maior apoio sustentado ao desenvolvimento."*

## **Debate sobre a iniciativa de cidadania**

**A iniciativa de cidadania, introduzida pelo Tratado de Lisboa, é o primeiro instrumento formal de democracia participativa na história da UE e prevê que, mediante uma petição apresentada por um milhão de cidadãos, a Comissão Europeia tenha de avançar com uma proposta legislativa sobre a matéria em questão. Antes da entrada em funcionamento do novo mecanismo, é necessário estabelecer as suas regras. O Parlamento Europeu debate hoje o novo instrumento com a Comissão Europeia.**

*"A iniciativa de cidadania tem um grande valor simbólico. Demonstra a existência de uma Europa das pessoas, que é mais do que a soma dos cidadãos nacionais", defende o eurodeputado italiano Carlo Casini (Grupo do Partido Popular Europeu), Presidente da comissão parlamentar dos Assuntos Constitucionais.*

Para que a iniciativa possa estar operacional, a União Europeia tem de definir as suas normas de funcionamento, que não estão previstas no Tratado de Lisboa. *"O novo instrumento tem de garantir a veracidade das assinaturas e facilitar, simultaneamente, o acesso às mesmas", acrescenta Casini.*

O Livro Verde publicado pela Comissão Europeia colocou 10 questões consideradas fundamentais, algumas das quais continuam em aberto.

### **Quantos Estados-Membros?**

O Tratado de Lisboa prevê que a iniciativa dos cidadãos represente um número significativo de Estados-Membros, mas quantos países são necessários para que o número seja "*significativo*"? Numa resolução aprovada em Maio de 2009, o Parlamento Europeu sugeriu um quarto dos Estados-Membros da UE, o que equivaleria actualmente a 7 países. A Comissão Europeia propõe um terço, o equivalente a 9 países.

### **Normas comuns, verificação nacional**

*"Necessitamos de um conjunto de requisitos comuns para a recolha, verificação e autenticação das assinaturas, para que os promotores tenham apenas de seguir um procedimento quando organizam a recolha de assinaturas. A verificação das assinaturas competiria às autoridades nacionais", afirma o comissário europeu para as relações interinstitucionais e administração, Maroš Šefčovič.*

### **Assinaturas digitais?**

As Organizações Não Governamentais e as organizações de cidadãos solicitaram à Comissão Europeia que permitisse as assinaturas digitais, mas a Comissão demonstrou relutância em fazê-lo, alegando que "*é necessário garantir os procedimentos de segurança adequados*".

### **Admissibilidade**

Deverá a União Europeia dar luz verde à iniciativa antes do início da recolha das assinaturas, para evitar esse esforço quando o assunto não for pertinente ou essa possibilidade mais não iria do que impedir o debate democrático a nível da União Europeia? Na sua resolução de Maio de 2009, o Parlamento Europeu propõe que a Comissão verifique a admissibilidade legal, antes do início da recolha de assinaturas, e que as "*considerações políticas*" devem ser posteriores e não ficar apenas nas mãos da Comissão Europeia.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:**

**Carlos Coelho** (PPE): "*Ainda há poucos meses, alguns diziam aqui que o Tratado de Lisboa nunca iria entrar em vigor. Pois bem, estamos aqui a começar a pensar como é que vamos aplicá-lo, concretizando algumas das suas disposições.*"

*O Tratado de Lisboa comporta um contributo relevante no combate ao défice democrático. Falo do reforço dos parlamentos (do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais), mas sobretudo na aposta na Europa dos cidadãos: com as normas que contém sobre o Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, sobre o controlo da subsidiariedade, e com a criação desta inovadora iniciativa de acção popular.*

*Subscrevo aquilo que foi dito por muitos colegas meus e, particularmente, pelo colega Mendes de Vigo, mas gostaria de sublinhar que ao regulamentar este instrumento devemos acautelar que ele tenha real dimensão europeia. É necessário, seguramente, que se evite que ele seja apenas a expressão da vontade de cidadãos de um país ou de um muito reduzido número de países. Mas devemos procurar também uma solução que favoreça e estimule a participação dos cidadãos. Se tivermos de optar entre sermos muito estritos e rigorosos ou sermos mais generosos, eu correria o risco de ser mais generoso. Se encontrarmos soluções que desencorajem a participação dos cidadãos, traímos o espírito do Tratado de Lisboa e negamos a cidadania europeia porque, caros Colegas, nós precisamos de mais Europa, de mais Europa dos cidadãos, de mais participação e do exercício dinâmico desta cidadania europeia".*

### **Próximos passos**

24 de Março de 2010: Debate em plenário com a Comissão e o Conselho.

31 de Março de 2010: proposta de regulamento pela Comissão Europeia.

Até ao final de 2010: tomada de posição pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

A iniciativa dos cidadãos deverá estar operacional no início de 2011.

# Ordem do dia 24 a 25 Março 2010

Quarta-feira, 24 de Março de 2010

15:00 - 24:00

**Discussão conjunta - Prioridades para o orçamento de 2011**

**Encerramento da discussão conjunta**

Quarta-feira, 24 de Março de 2010

**439.511/OJ 439.511/OJ**

15:00 - 24:00 Debates

**Reinício da sessão e ordem dos trabalhos  
Preparação do Conselho Europeu (25-26 de Março de 2010)**

***Declarações do Conselho e da Comissão***

[2009/2690(RSP)]

**Aplicação da Iniciativa de Cidadania Europeia com base no n.º 4 do artigo 11.º do Tratado de Lisboa**

***Declarações do Conselho e da Comissão***

[2010/2616(RSP)]

**Situação no Tibete**

***Declaração da Comissão***

[2010/2598(RSP)]

**Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)**

**Prioridades para o orçamento de 2011 - Secção III - Comissão**

***Relatório: Sidonia Elżbieta Jędrzejewska (A7-0033/2010)***

Projecto de relatório sobre as prioridades para o orçamento de 2011 - Secção III - Comissão

[2010/2004(BUD)]

**Orientações orçamentais: 2011 - outras secções**

***Relatório: Helga Trüpel (A7-0036/2010)***

Orientações para o processo orçamental de 2011, Secção I - Parlamento Europeu, Secção II - Conselho, Secção IV - Tribunal de Justiça, Secção V - Tribunal de Contas, Secção VI - Comité Económico e Social, Secção VII - Comité das Regiões, Secção VIII - Provedor de Justiça Europeu, Secção IX - Autoridade Europeia para a Protecção de Dados

[2010/2003(BUD)]

Comissão dos Orçamentos



**Breve apresentação do seguinte relatório:**

**439.511/OJ 439.511/OJ**

**Política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar?**

**Relatório: Giancarlo Scotta' (A7-0029/2010)**

Relatório sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar?

[COM(2009)0234 - 2009/2105(INI)]

Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

**Reunião dos Ministros do Emprego do G20 (Washington, 20/21 de Abril de 2010)**

**Declaração da Comissão**

[2010/2619(RSP)]

**Luta contra a tuberculose**

**Declaração da Comissão**

[2010/2614(RSP)]

**Impacto da crise financeira e económica global nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento**

**Relatório: Enrique Guerrero Salom (A7-0034/2010)**

Relatório sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento

[COM(2009)0160 - 2009/2150(INI)]

Comissão do Desenvolvimento

*Artigo 48.º, n.º 2, do Regimento*

**Quinta-feira, 25 de Março de 2010**

**09:00 - 11:20**

**Discussão conjunta - Relatório Anual do BCE - Declaração anual sobre a zona do euro**

**Encerramento da discussão conjunta**

**11:30 - 13:00 Votação**

Quinta-feira, 25 de Março de 2010

**439.511/OJ 439.511/OJ**

09:00 - 11:20 Debates

11:30 - 13:00 Votação

**Relatório anual 2008 do BCE**

**Relatório: Edward Scicluna (A7-0010/2010)**

Relatório sobre o Relatório Anual 2008 do BCE  
[2009/2090(INI)]

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

**Relatório sobre a Declaração Anual sobre a área do euro e as finanças públicas  
referente a 2009**

**Relatório: Sven Giegold (A7-0031/2010)**

Relatório sobre o relatório sobre a declaração anual sobre a área do euro e as finanças públicas referente a 2009

[COM(2009)0527 - 2009/2203(INI)]

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

**I - Estabelecimento de uma lista de países terceiros ou de partes de países terceiros e definição das condições de sanidade animal e saúde pública e de certificação veterinária aplicáveis à importação para a Comunidade de determinados animais vivos e da respectiva carne fresca**

**Relatório: Jo Leinen (A7-0018/2010)**

Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que revoga a Decisão 79/542/CEE do Conselho, que estabelece uma lista de países terceiros ou de partes de países terceiros e as condições de sanidade animal e saúde pública e de certificação veterinária aplicáveis à importação, para a Comunidade, de determinados animais vivos e da respectiva carne fresca  
[COM(2009)0516 - C7-0211/2009 - 2009/0146(COD)]

Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar  
*Artigo 138.º do Regimento*

**Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização:  
Lituânia/Indústria do mobiliário**

**Relatório: Barbara Matera (A7-0047/2010)**

[COM(2010)0058 - C7-0041/2010 - 2010/2035(BUD)]  
Comissão dos Orçamentos

*Artigo 138.º do Regimento*

**439.511/OJ 439.511/OJ**

**Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização:  
Lituânia/Indústria do vestuário**

**Relatório: Barbara Matera (A7-0048/2010)**

[COM(2010)0056 - C7-0035/2010 - 2010/2031(BUD)]  
Comissão dos Orçamentos  
*Artigo 138.º do Regimento*

**Relatório sobre a Declaração Anual sobre a área do euro e as finanças públicas referente a 2009**

**Relatório: Sven Giegold (A7-0031/2010)**

[COM(2009)0527 - 2009/2203(INI)]  
Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários  
*Artigo 138.º do Regimento*

**Nomeação do Vice-Presidente do Banco Central Europeu**

**Relatório: Sharon Bowles (A7-0059/2010)**

Recomendação do Conselho sobre a nomeação do Vice-Presidente do Banco Central Europeu

[N7-0011/2010 - C7-0044/2010 - 2010/0813(NLE)]  
Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Milan Martin Cvikl (SL)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0046/2010)**

Projecto de relatório sobre a nomeação de Milan Martin Cvikl como membro do Tribunal de Contas

[N7-0005/2010 - C7-0022/2010 - 2010/0810(NLE)]  
Comissão do Controlo Orçamental

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sra. Rasa Budbergyte (LT)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0039/2010)**

Projecto de relatório sobre a nomeação de Rasa Budbergyte como membro do Tribunal de Contas

[N7-0005/2010 - C7-0018/2010 - 2010/0806(NLE)]  
Comissão do Controlo Orçamental

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sra. Kersti Kaljulaid (EE)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0045/2010)**

Projecto de relatório sobre a nomeação de Kersti Kaljulaid como membro do Tribunal de Contas [N7-0005/2010 - C7-0016/2010 - 2010/0804(NLE)]

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Igors Ludborzs (LV)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0040/2010)**

Projecto de relatório sobre a nomeação de Igors Ludborzs como membro do Tribunal de Contas

[N7-0005/2010 - C7-0017/2010 - 2010/0805(NLE)]

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Szabolcs Fazakas (HU)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0038/2010)**

Projecto de relatório sobre a nomeação de Szabolcs Fazakas como membro do Tribunal de Contas

[N7-0005/2010 - C7-0019/2010 - 2010/0807(NLE)]  
Comissão do Controlo Orçamental

**439.511/OJ 439.511/OJ**

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Ladislav Balko (SK)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0037/2010)**

Projecto de relatório sobre a nomeação de Ladislav Balko como membro do Tribunal de Contas

[N7-0005/2010 - C7-0023/2010 - 2010/0811(NLE)]

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Louis Galea (MT)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0042/2010)**

Relatório sobre a proposta de nomeação de Louis Galea como membro do Tribunal de Contas

[N7-0005/2010 - C7-0020/2010 - 2010/0808(NLE)]

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Augustyn Kubik (PL)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0041/2010)**

Projecto de relatório sobre a nomeação de Augustyn Kubik como membro do Tribunal de Contas

[N7-0005/2010 - C7-0021/2010 - 2010/0809(NLE)]

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Jan Kinst (CZ)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0044/2010)**

Projecto de relatório sobre a nomeação de Jan Kinst como membro do Tribunal de Contas

[N7-0005/2010 - C7-0015/2010 - 2010/0803(NLE)]

**Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Eoin O'Shea (IE)**

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0043/2010)**

Relatório sobre a nomeação de Eoin O'Shea como membro do Tribunal de Contas

[N7-0007/2010 - C7-0033/2010 - 2010/0812(NLE)]

**Recomendação ao Conselho sobre a 65.<sup>a</sup> sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas**

**Relatório: Alexander Graf Lambsdorff (A7-0049/2010)**

Proposta de recomendação ao Conselho sobre a 65.<sup>a</sup> sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas

[2010/2020(INI)]

*Artigo 97.º, n.º 4, do Regimento*

**Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma**

**Propostas de resolução**

RC B7-0222/2010, B7-0222/2010, B7-0223/2010, B7-0224/2010, B7-0225/2010

[2010/2559(RSP)]

*Debate: 09/03/2010*

**Código das Fronteiras Schengen no que diz respeito à vigilância das fronteiras marítimas externas**

Proposta de resolução

B7-0227/2010

*Artigo 88.º, n.º 4, do Regimento*

**439.511/OJ 439.511/OJ**

**Prioridades para o orçamento de 2011 - Secção III - Comissão**

**Relatório: Sidonia Elżbieta Jędrzejewska (A7-0033/2010)**  
[2010/2004(BUD)]

**Orientações orçamentais: 2011 - outras secções**  
**Relatório: Helga Trüpel (A7-0036/2010)**  
[2010/2003(BUD)]

**Política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar?**

**Relatório: Giancarlo Scotta' (A7-0029/2010)**

[COM(2009)0234 - 2009/2105(INI)]

**Impacto da crise financeira e económica global nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento**

**Relatório: Enrique Guerrero Salom (A7-0034/2010)**

[COM(2009)0160 - 2009/2150(INI)]

**Relatório anual 2008 do BCE**

**Relatório: Edward Scicluna (A7-0010/2010)**

[2009/2090(INI)]